



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA GABINETE DO PREFEITO

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567 - Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

OF. Nº211/2021

Mococa, 08 de março de 2021.

Ref: Requerimento nº03/2021.

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
0538	09.03.21	RB

Senhora Presidente:

Pelo presente, solicita documentação referente a demolição de imóveis construídos em área institucional do bairro do Por do Sol, constante do requerimento supra mencionado, de autoria do Excelentíssimo Senhor Vereador Luís Fernando dos Santos, aprovado pelo Plenário dessa Casa de Leis.

Estamos encaminhando em anexo a documentação sobre o assunto em questão.

Reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

EDUARDO RIBEIRO BARISON
Prefeito Municipal

Exma.Sra.
ELISÂNGELA MAZINI MAZIERO BREGANOLI
Presidente da Câmara Municipal de Mococa-SP
Nesta.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MOCOCA
FORO DE MOCOCA
1ª VARA

 Avenida Doutor Gabriel do Ó, 1203, ., Cohab I - CEP 13732-620, Fone:
 (19) 3656-4420, Mococa-SP - E-mail: mococal@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
DECISÃO

Processo Digital nº:	0001170-67.2018.8.26.0360
Classe - Assunto	Cumprimento de Sentença -
Requerente:	Ministerio Publico
Requerido:	Jose Salles Junior

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Sansão Ferreira Barreto**
Vistos.

Trata este incidente de execução de sentença (agora) transitada em julgado no qual busca-se a satisfação da obrigação de fazer a que foram condenados os réus.

Proferida a decisão de pp. 629/30, veio o co-executado José Salles Júnior informar que o "*Loteamento Por do Sol I*" já foi objeto de registro junto ao CRI e que já foram iniciadas as obras de infraestrutura objeto da condenação (pp. 634/46).

Na mesma petição, informou o executado que parte dos lotes que são de sua propriedade e foram objeto de negociação com a empresa que realizou essas obras foi ocupada, razão pela qual se viu obrigado a intentar ação de reintegração de posse. Também asseverou que o co-executado José Eduardo Cirielli, que já não bastasse em nada vem contribuindo para a regularização do lugar, tem se oposto a isso de diversas formas.

Por fim, disse o José Salles Júnior que está havendo a ocupação irregular de áreas do loteamento, tendo postulado pela concessão de "tutela de urgência" para que sejam obstadas novas construções.

Em nova manifestação (pp. 790/803), voltou o mesmo devedor a denunciar a existência de obras ilegais no lugar, postulando, por mais uma vez, a concessão de "tutela de urgência" para embargos das obras.

O Ministério Público, por seu órgão atuante nos autos, se manifestou às pp.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MOCOCA
FORO DE MOCOCA
1ª VARA

Avenida Doutor Gabriel do Ó, 1203, ., Cohab I - CEP 13732-620, Fone:
(19) 3656-4420, Mococa-SP - E-mail: mococa1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

805/9 ressaltando a gravidade dos atos denunciados, externando parecer favorável à tomada das medidas postuladas.

Decido.

Em que pese a gravidade das denúncias feitas e se reconheça seja necessária imediata intervenção para que cessem, a verdade é que esta não é a seara adequada para a tomada das medidas postuladas, pois fogem aos limites da lide.

Aqui o que interessa é o cumprimento do julgado exequendo, cabendo ao devedor, a esse respeito, demonstrar a satisfação da providência reclamada, ou seja, a regularização do empreendimento nos moldes estabelecidos no título judicial.

E, e nessa ordem, a ampliação do campo obrigacional é injustificável.

A corroborar esse entendimento está o agir do próprio co-executado/denunciante quando reconheceu a necessidade de intentar ação de reintegração de posse para ter revertidos direitos seus que entendeu violados.

Como é cediço, todos os parâmetros para o cumprimento da obrigação foram estabelecidos no título executivo judicial, o qual se encontra formado, tratando-se este incidente exclusivamente de meio para sua execução.

Isso, por si só, impede que o Juízo da execução venha a enfrentar matéria pertinente a questões outras que não aquelas já estabelecidas no título transitado em julgado.

Assim, à respeito, cabe aqui tão somente determinar que officie-se à Prefeitura Municipal de Mococa para que informe a este Juízo se autorizou ou não a realização de obras civis no local ou, se não autorizou, se tomou providências para embargá-las, já que é de competência da municipalidade o exercício do poder de polícia, nos termos do art. 30 e 191 do Constituição Federal, promovendo o ordenamento territorial e a fiscalização da ocupação do solo urbano, bem como a proteção do meio ambiente natural e artificial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MOCOCA
FORO DE MOCOCA
1ª VARA

Avenida Doutor Gabriel do Ó, 1203, ., Cohab I - CEP 13732-620, Fone:
(19) 3656-4420, Mococa-SP - E-mail: mococal@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A respeito, gize-se, não por outra razão, inclusive, sofre os efeitos da condenação imposta na fase de conhecimento.

No mais, ciente o Juízo das obras perpetradas por José Salles Júnior para cumprimento da obrigação, estando o Juízo no aguardo de que o Município de Mococa, nos termos do estabelecido na decisão de pp. 629/30, demonstre e comprove as providências que vem sendo tomadas para o integral cumprimento da condenação que lhe foi imposta.

Intime-se.

Mococa, 01 de novembro de 2019.

- SANSÃO FERREIRA BARRETO -
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE MOCOCA
Autos nº 0001170-67.2018.8.26.0360

Meritíssimo Juiz:

Trata-se de manifestação apresentada pelo executado **JOSÉ SALLES JÚNIOR** informando as providências adotadas até o momento para cumprimento das obrigações fixadas na r. sentença, discorrendo que em 13.09.2019 o loteamento "Pôr do Sol I" foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis local; que rescindiu o contrato anteriormente celebrado com a empresa CONCERTI para execução das obras de galerias, guias e sarjetas, tendo, em 12.07.2019, firmando novo contrato com a empresa Leão Rocha Construções Ltda. para a mesma finalidade, a qual já iniciou a execução das obras. Aduz que as obras concernentes a rede de abastecimento de água potável e coleta de esgoto estão sendo executadas pela Prefeitura Municipal. Relata dificuldade em concluir as obras de infraestrutura em decorrência de condutas praticadas pelo coexecutado José Eduardo Cirielli, o qual alienou lotes sem o conhecimento e anuência do loteador, cercou lotes negociados com a empresa Leão Rocha Construções Ltda. para a execução das obras, bem como ameaçou e agrediu fisicamente representantes da mencionada empresa. Ao final, requer a concessão de tutela de urgência para impedir novas construções nos lotes da Quadra "A", ofertados em garantia para a execução das obras de infraestrutura, bem como construções em área verde do loteamento (fls. 634/646). Juntou documentos (fls. 647/787).

O executado José Salles Júnior aditou a manifestação de fls. 634/646 (fls. 790/803).

É a síntese do necessário.

*c) praticar quaisquer atos de parcelamento material ou transformação física dos imóveis, inclusive movimentos de terra, cortes, aterros, serviços de topografia, abertura ou conservação de vias de circulação, **demarcação de quadras e lotes e de lhes trazer qualquer benfeitoria (p. ex.: edificações)***” (destacamos – fls. 30/31).

Após o devido processo legal, foi prolatada a r. sentença de fls. 73/82, aclarada a fls. 98/99, em relação a qual pedimos vênica para transcrever o seguinte trecho da sua parte dispositiva:

*“Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, **julgo procedente a ação, o que faço para [...] declarar nulos os contratos ‘de reserva, cessão de direitos e outras avenças’ pertinentes aos lotes comercializados, reparando os prejuízos causados aos adquirentes que assim o desejarem e se manifestarem nesse sentido, após a prévia devolução do que adquirido [...].***

Por conseguinte, torno definitivo o que antes deferido em sede liminar e de antecipação da tutela” (g. n.).

Observa-se, portanto, que a prática de “quaisquer atos de parcelamento material ou transformação física dos imóveis, inclusive movimentos de terra, cortes, aterros, serviços de topografia, abertura ou conservação de vias de circulação, demarcação de quadras e lotes e de lhes trazer qualquer benfeitoria (p. ex.: edificações)”, já se encontra proibida em decorrência da medida liminar proferida em 13.08.2009, a qual foi tornada definitiva por sentença, sob pena de desobediência e de multa diária.

b) com fundamento no art. 139, inciso IV e art. 536, ambos do Código de Processo Civil, seja determinada a imediata intimação do executado JOSÉ EDUARDO CIRIELLI, bem como de eventuais responsáveis pelas obras realizadas em lotes da Quadra "A" do loteamento "Pôr do Sol I", por meio de oficial de justiça, nos termos do art. 212, § 2º, do Código de Processo Civil, para que se abstenham de praticar quaisquer atos de parcelamento material ou transformação física dos referidos lotes, inclusive movimentos de terra, cortes, aterros, serviços de topografia e de trazer qualquer benfeitoria aos lotes (p. ex.: edificações), sob pena de desobediência e multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), autorizando-se, caso necessário, auxílio de força policial;

c) com fundamento no art. 139, inciso IV e art. 536, ambos do Código de Processo Civil, seja intimado o MUNICÍPIO DE MOCOCA executado perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial, na forma dos arts. 183, § 1º, e 269, § 3º, do mesmo diploma legal, para, com base em seu poder de polícia, fiscalizar o fiel cumprimento das decisões judiciais aqui proferidas, especialmente daquela exarada em 13.08.2009, acostada a fls. 35 dos autos, confirmada pela r. sentença executada.

Mococa, 31 de outubro de 2019.

MARCELO SPERANDIO FELIPE
1º Promotor de Justiça de Mococa
(Documento assinado digitalmente)

Rodrigo Mota da Silva Sobrinho
Analista Jurídico